

**ECOLOGIZAR A NEURODIVERSIDADE:
REFLEXÕES SOBRE EXISTÊNCIAS E LÍNGUAS ESTRANGEIRAS**
**ECOLOGIZING NEURODIVERSITY:
REFLECTING UPON FOREIGN EXISTENCES AND LANGUAGES**

Adriana Tavares Mauricio Lessa¹
Tatiana de Freitas Massuno²

RESUMO: O presente artigo busca aproximar o pensamento ecológico dos estudos da neurodiversidade para abordar a relação com a língua estrangeira. Partindo-se do pressuposto de que o momento atual (a catástrofe climática) deixa às claras as contradições da modernidade, busca-se abordar a neurodiversidade para além do enquadramento moderno, questionando-se a normatividade homogeneizante que categoriza seres a partir de hierarquias. Nesse sentido, quando um pensamento sem centro e sem bordas, ou seja, o pensamento ecológico, é trazido para a discussão, a relação com as línguas estrangeiras pode ser vislumbrada de outra forma. Sugerimos, assim, que se observarmos o desempenho das funções executivas em pessoas neurodivergentes, bilíngues e não brancas, podemos perceber que o uso de uma língua estrangeira na prática linguística pode criar um ambiente alternativo, onde o padrão cognitivo convencional deixa de ser o ponto central. Esse espaço-tempo estrangeiro e estranho é, por sua própria natureza, não uniforme e ramificado, possibilitando equalizar neurodivergentes e neurotípicos. Assim, o presente artigo busca contribuir para o ensino de língua estrangeira a partir do diálogo entre pensamento ecológico e estudos da neurodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Neurodiversidade. Pensamento ecológico. Modernidade. Língua estrangeira.

ABSTRACT: This paper aims to draw on ecological thought and neurodiversity studies to approach their relationship with foreign languages. Based on the premise that the current moment (the climate catastrophe) evidences the modern framework, we aim to approach neurodiversity beyond the modern framework, questioning the homogenizing normativity that categorizes beings based on hierarchies. In this sense, when a thought without center or margins, i.e. the ecological thought, is brought into the discussion, the relationship with foreign languages can be viewed differently. We suggest, therefore, that if we observe the performance of executive functions in neurodivergent, bilingual, and non-white individuals, we can perceive that the use of a foreign language in linguistic practice can create an alternative environment where the conventional cognitive pattern ceases to be the central point. This foreign and strange space-time is, by its very nature, non-uniform and branched, allowing for the equalization of neurodivergent and neurotypical individuals. Thus, the present article seeks to contribute to foreign language teaching through the dialogue between ecological thought and neurodiversity studies.

KEYWORDS: Neurodiversity. Ecological thought. Modernity. Foreign language.

¹ Doutora em Linguística. Professora de Língua Inglesa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: adrianalessa@ufrj.br.

² Doutora em Letras e em Bioética. Professora de Língua Inglesa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: tatiana.massuno@gmail.com.

Introdução

A ideia de neurodiversidade começou a circular no fim da década de 1990. Surgiu como uma proposta alternativa à abordagem médica, que instaurou uma tradição patologizante a cognições e trajetórias de neurodesenvolvimento consideradas atípicas. Adotada academicamente pela primeira vez no Sul Global, pela socióloga australiana Judy Singer (1998), a abordagem inspira-se na noção de biodiversidade, buscando atribuir valor positivo à variação natural entre mentes que habitam este mundo.

A partir de então, questiona-se a classificação de pessoas diagnosticadas com “transtornos” do neurodesenvolvimento como “deficientes”. Alinhando-se à teoria aleijada (do inglês, teoria *crip*), que escancara a fragilidade dos paradigmas de normalidade e eficiência de corpos produtivos, os debates e estudos sobre neurodiversidade, recentemente, vêm questionando a neuronormatividade imposta pelo binarismo capacidade/deficiência.

Considerando esse debate, o presente artigo se apresenta como um passo além, uma tentativa de interlocução entre duas áreas — o pensamento ecológico e os estudos da neurodiversidade — a fim de refletirmos sobre a relação entre neurodivergência e língua estrangeira³. Busca-se, assim, entender a forma como os estudos sobre a neurodiversidade poderiam dialogar com uma ecologia sem natureza⁴, tal como o filósofo Timothy Morton (2007) propõe, quando se pensa na relação com línguas estrangeiras.

Partindo-se do pressuposto de que a época em que vivemos pede a saída da modernidade (Morton, 2013), uma coexistência, de fato, democrática implicaria abrir mão de um conceito normativo de Natureza. Mais ainda, é o sentido de agência moral baseado em uma visão sobre a racionalidade que está em jogo. Tendo em vista o acima exposto, busca-se avaliar como duas áreas aparentemente tão distintas coincidem em suas discussões e pressupostos e podem, em conjunto, auxiliar na construção de futuros baseados na premissa da coexistência.

O que se entende por pensamento ecológico?

O pensamento ecológico é como um vírus que infecta todas as outras áreas de pensamento, não se resumindo meramente a questões referentes ao aquecimento global ou à

³ É importante ressaltar que o termo ‘língua estrangeira’ foi escolhido apenas para fins de construção de metáfora, não possuindo uma conotação hierarquizante. Dessa forma, no presente artigo, língua estrangeira seria o mesmo que língua adicional, não trazendo, assim, um juízo de valor.

⁴ O filósofo Timothy Morton, em seus livros e artigos, advoga a necessidade de abrir mão de uma concepção de Natureza (com letra inicial maiúscula para destacar a normatividade do conceito) para se pensar ecologicamente. Entende, assim, que conceber uma separação e distância entre humanos e natureza, tal como desenvolvida na construção moderna de pensamento, de Descartes a Heidegger, é incoerente com o momento atual no qual se faz necessária uma coexistência, de fato, democrática. Tal questão será desenvolvida ao longo do artigo.

reciclagem. Também não é circunscrito às relações entre humanos e não humanos. Engloba afetos como amor e compaixão, diz respeito à saúde mental (depressão e psicose), possui relação com o capitalismo e suas ruínas, com o mundo após o capitalismo; tem relação com o conceito de tempo e espaço e com o encantamento, arrebatamento, ceticismo, assim como com a dúvida. Engloba igualmente questões de raça, gênero e sexualidade. O pensamento ecológico, assim, seguindo a intuição de Timothy Morton, tem a ver com várias instâncias, sendo elas consideradas normalmente ecológicas. Refere-se, resumidamente, à coexistência. (Morton, 2010).

Ecológico aqui não é sinônimo de ambiental, já que aquilo que é ecológico está sempre a vir, no futuro. Nesse sentido, de algo que vem depois, o ecológico supera o ambiental, ao abrir mão de um conceito de natureza. Aquilo que é ecológico vai além do *self*, da subjetividade, além de conceitos tais como natureza e espécie, está para além da ideia de sobrevivência, destino, ser, ou até mesmo essência. Equiparar o pensamento ecológico a um vírus significa que tal como uma das menores formas de existência (Seria um vírus um ser? Estaria vivo?), tal pensamento resiste, sempre existiu. Um vírus, mesmo que invisível, mesmo que uma vida não vida (melhor manter o paradoxo em suspensão, enquanto paradoxo), infecta seres, afeta vidas, mobiliza esforços e altera estruturas. Mas como não vimos esse vírus, chamado aqui pensamento ecológico antes?

Talvez a resposta resida na estrutura da sociedade moderna, que além de destruir ecossistemas, espécies e o clima global, destruiu igualmente o pensamento (Morton, 2010). O conceito de natureza, modernamente concebido, conteve o pensamento por um tempo. Delimitou o que poderia ou não ser pensado, analisado. A natureza era esse lá fora, um recurso reificado, algo lá a distância, que serviria para apaziguar os ânimos e a correria dos que viviam na cidade. De tempos em tempos, o homem moderno procurava a natureza, os ares frescos, o aroma de flores do campo. Essa natureza prístina, intocada, um pano de fundo regenerável, serviu para os nossos sonhos de consumo ilimitado e demarcou formas de pensar. Pensamos tendo como pano de fundo uma natureza controlada, moderada, e por que não dizer falaciosa? Tal conceito, entretanto, em tempos de catástrofe ecológica é posto em xeque. Um tsunami está longe de representar uma natureza moderada, muito menos uma esfera na qual o homem (enquanto espécie) pode exercer o seu controle. Pensar ecologicamente, assim, na medida em que deve incluir todas as formas possíveis de convivermos, é, em seu nível mais profundo, sobre coexistências. Dessa forma, o conteúdo do pensamento importa tanto quanto a forma do pensamento. Não é somente pensar sobre reciclagem e sobre a relevância de uma dieta livre de

carne para diminuição dos gases de efeito estufa, é também sobre como se pensa. Lembrando o que foi dito anteriormente: a sociedade moderna também danificou o pensamento, juntamente com o clima global.

Uma ressalva faz-se aqui necessária: o pensamento ecológico, de acordo com Morton, é moderno e não pré-moderno. O filósofo faz esse alerta para evitarmos recuperar um pensamento pré-moderno prístino, genuinamente ecológico. Assim como não existiria uma natureza prístina, não há um pensamento ecológico prístino. Eis o paradoxo de nossa época: é apenas no momento em que vivemos os efeitos da catástrofe ambiental, é que um pensamento ecológico pode emergir. É só quando um modo de vida se torna global (aqui entendemos o capitalismo) é que é possível desenvolver um pensamento ecológico.

Se pensar ecologicamente é ser consciente da interconectividade de tudo, ou seja, de como os humanos estão conectados a outros seres: animais, vegetais, minerais; isso implica imaginar como seria um encontro realmente democrático entre seres, de fato, iguais. Ao pensar ecologicamente nos deparamos com seres que não são necessariamente “naturais”. Mas, na verdade, não há surpresa alguma nesse fato, é só lembrarmos-nos de Darwin, como diz Morton, já que aquilo que chamamos de natureza nada mais é que uma sequência de mutações não naturais e eventos catastróficos (Morton, 2010). A natureza apresentada por Darwin é estranha e misteriosa e não fechada em um sistema. Evitando a ideia de um sistema fechado que poderia ser concebido enquanto meio-ambiente, Morton propõe a ideia de *mesh* (malha, rede) — algo sem centro e sem borda. Os seres estariam interconectados por uma *mesh*. A possibilidade de hierarquização está aqui de antemão impossibilitada. A ética do pensamento ecológico implica considerar seres (todos!) como pessoas mesmo que não o sejam (Morton, 2010). Afinal, como ter certeza de que não são?

Aquilo que entendemos enquanto pensamento ecológico visa a romper com os binarismos que dão forma à modernidade. Tais categorias, identifica Morton, remontam ao dualismo cartesiano no qual haveria um intelecto (humano) e uma alma em oposição a um universo (não humano) de matéria. Tal postura não seria muito distante da kantiana, para quem as coisas existem, mas não são “reais” até que algum juiz (humano) — no caso de Kant, este é o sujeito transcendental, mas versões posteriores incluíam Espírito (Hegel), relações econômicas humanas (Marx) e vontade (Nietzsche) ou Dasein (o ‘ser-aí’ de Heidegger) — correlaciona-se com as coisas ou as observa ou trabalha com elas de alguma forma (Morton, 2016).

Em outras palavras, as categorias do pensamento filosófico ocidental baseiam-se, seguindo ainda o pensamento de Timothy Morton, na clara separação entre humanos e não humanos. Mais ainda, em uma separação que estabelece hierarquias. Tal separação cartesiana, a princípio, possui outras implicações.

René Descartes constata o *cogito* em sua busca por uma certeza indubitável. Seu “Penso, logo, existo” implica tal certeza: não posso duvidar de que penso. E, se penso, conseqüentemente, existo. Com seu método para bem conduzir a razão, Descartes chega a uma certeza indubitável, que fundamentaria todo o conhecimento.

Ramón Grosfoguel, entretanto, alerta para a secularização dos atributos do Deus cristão, no pensamento cartesiano. A partir de Descartes, o conhecimento passa a se fundamentar, neste “novo eu”, cuja visão pode ser equiparada ao “olho de Deus”. Tal equivalência seria baseada em dois argumentos – um ontológico e outro epistemológico. Ontologicamente, diz respeito à bipartição corpo/mente. A mente, cuja substância seria distinta da do corpo, não estaria a esse condicionada. Em termos epistemológicos, refere-se ao método de busca pelo conhecimento, ou seja, o solipsismo. O conhecimento é, assim, obtido através de um monólogo interior de uma mente desencarnada, não subjugada ao corpo:

Sem o solipsismo epistêmico, o “Eu” estaria situado nas relações sociais particulares, em contextos históricos e sociais concretos e, então, não haveria uma produção de conhecimento monológica, deslocada de lugar e antissocial. Se o conhecimento é produzido nas relações sociais particulares, ou seja, dentro de uma sociedade particular, então não se pode argumentar que o “Eu” humano pode produzir conhecimento equivalente à visão do “olho de Deus”. (Grosfoguel, 2016, p. 29)

O *cogito* cartesiano, em sua tentativa de chegar a uma certeza indubitável, não é capaz de comprovar nem a existência do mundo e nem a de outras mentes. Apesar de comprovar a existência do indivíduo, daquele que pensa, tal prova não se expande ao mundo e aos outros. O conhecimento obtido por esse sujeito, no entanto, provém de um incondicionado, de um não lugar. Enrique Dussel situa tal comprovação aparentemente neutra. A busca cartesiana foi precedida por 150 anos de conquista. A arrogância de Descartes seria, assim, proveniente “da perspectiva de alguém que se pensa como centro do mundo porque já conquistou o mundo. Quem é esse ser? Segundo Dussel (2005), é o Ser imperial” (Grosfoguel, 2016, p. 31).

Fica aqui delimitado quem são aqueles que pensam. Os homens (o termo aqui é proposital!) capazes de comprovar suas existências através do pensamento são os homens europeus. Não é difícil de perceber o estabelecimento de uma hierarquia epistemológica. O

saber europeu ocuparia uma posição hierárquica superior, já que seria equivalente à “visão de Deus”, a um saber não situado e universal. No entanto, seguindo o pensamento de Grosfoguel, a transformação do “eu conquisto” no idolátrico “eu penso” seria decorrente do racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “eu extermino”. Assim, os quatro genocídios/epistemicídios do século XVI se tornam a condição para que o “eu conquisto” se transformasse no que chama de “racismo/sexismo epistêmico” do “eu penso”. A alegada neutralidade filosófica do pensamento cartesiano, que desvincula o pensamento do corpo e das relações sociais, e busca um fundamento absoluto capaz de garantir certezas, estabelece as bases para um tipo de filosofia cuja base sócio-histórica remonta à dominação de outros povos e territórios.

Grosfoguel e Morton não são os únicos a remontarem a violência ontológica e epistemológica da modernidade à bipartição cartesiana, uma vez que tal movimento, a constatação do *cogito*, acaba por fundamentar outras bipartições. De acordo com o pensamento ecofeminista de Val Plumwood, por exemplo, a cultura ocidental ganharia representação no que chamaria de Modelo Mestre. Plumwood, em *In Feminism and the Mastery of Nature*, descreve a organização binária do pensamento ocidental, que se constitui em termos excludentes e de oposição. Um dos termos é, dentro de tal estrutura, considerado hierarquicamente superior. Os elementos chave seriam: cultura/natureza; razão/natureza; masculino/feminino; mente/corpo (natureza); humano/natureza; produção/reprodução (natureza); sujeito/objeto (Gaard, 2011) etc. Assim, a cultura estaria hierarquicamente acima da natureza, assim com a razão seria superior à natureza. Os termos considerados inferiores estariam cada vez mais próximos da natureza e seriam destituídos de agência. Os agentes morais estariam no âmbito da razão, da cultura, da mente, do masculino e do humano, por exemplo. Uma mulher, por outro lado, por estar mais próxima da natureza não seria considerada uma agente, pelo menos não nos termos kantianos. Uma criança também não. Percebemos no esquema trazido por Plumwood como mente e razão são instâncias que garantem superioridade, marcadores daqueles capazes de se tornarem agentes e dominar aquilo considerado hierarquicamente menor. Assim, o homem racional estaria acima da natureza, das mulheres, dos animais, do corpo etc. Assim, o homem racional seria um sujeito subjungando objetos. Ou melhor, seria um hipersujeito transformando tudo em recurso.

Morton e Boyer teorizam sobre uma nova subjetividade que emerge em tempos de catástrofe climática. Os autores, a fim de contrastar com o conceito de hipersubjetividade, criam a ideia de hipossujeitos. A hipersubjetividade teria alavancado a catástrofe climática em curso. Se os hipersujeitos seriam tipicamente, mas não exclusivamente, brancos, masculinos, do norte,

modernos em todos os sentidos, utilizando a razão e a tecnologia como instrumentos para realizar coisas, controlando e comandando; os hipossujeitos, em oposição:

Hyposubjects are necessarily feminist, antiracist, colorful, queer, ecological, transhuman and intrahuman. They do not recognize the rule of androleukoheteropetromodernity and the apex species behavior it epitomizes and reinforces. (Morton; Boyer, 2021, p. 15).

Os autores compreendem que os hipossujeitos seriam os nativos do Antropoceno. Eles não buscam ou fingem ter conhecimento e linguagem absolutos e menos ainda poder. Eles, por outro lado, brincam, se importam, se adaptam, riem, se machucam. Seriam adeptos da bricolagem e ocupariam fendas e cavidades, trabalhando com restos, resquícios, expurgos (Morton; Boyer, 2021). Os autores não buscam esgotar um conceito de hipossujeito, apenas caracterizar um tipo de subjetividade que parece emergir: uma forma de habitar o mundo que respeite a fissura fundamental dos objetos, entre aparência e essência. Uma subjetividade que respeite a agência dos humanos e não humanos. Os hipossujeitos caracterizariam uma ética ecológica na qual se pressupõe de antemão que todos são pessoas, até os não humanos. Na contramão da modernidade e seu processo de desumanização de alguns povos e animais, a ética ecológica, por não conceber hierarquizações e sim coexistências, garantiria, humanidade a tudo. Nesse sentido, não haveria capacidade que pudesse distinguir um animal de um humano, por exemplo. Mesmo a distinção mais óbvia, a inteligência, pode ser contestada. Pensemos em uma afirmação bastante comum: humanos seriam seres inteligentes, enquanto animais não seriam. Isso significa que não há inteligência em um fungo?

Derrick Jensen enquadra tal afirmação dentro da esfera da dita supremacia humana e rebate da seguinte forma: “fungi can be seen as huge neurological networks.” (Jensen, 2016, p. 40) Tal frase sucede a descrição de uma resposta de Paul Stamets ao escritor, na qual descreve como o micélio conecta diferentes partes da floresta, transferindo nutrientes de árvores que possuem nutrientes extras para outras que deles necessitam. O micélio é descrito como quem toma conta da saúde da floresta, entendendo que a saúde da biodiversidade de um ecossistema contribui para a sobrevivência da população de fungos. Os fungos, portanto, aprenderam através da evolução que a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas beneficiam a todos e não a apenas alguns. Conceder inteligência apenas aos humanos (a alguns!) exemplifica aquilo que chama de supremacia humana e, conseqüentemente, conecta tal postura humana à transformação de todo o resto em recurso: “This is why the world is being murdered” (Jensen, 2016, p. 23). Aquilo que não é humano e é desprovido de inteligência se torna mero recurso.

Haveria um espectro de inteligência?

O questionamento acerca da inteligência de um fungo se dá a partir da tomada de um tipo de inteligência humana como referência hierarquizada, superior, sob uma perspectiva verticalizada de evolução. As ideias cartesianas contribuíram para essa supremacia humana ao negar a existência de mente animal (equivalente às máquinas) e atribuir ao aspecto criativo da linguagem humana a distinção entre humanos e não humanos. Sobre esse debate, vale destacar a reflexão de Chomsky, ainda na década de 1980, acerca da ordenação dos organismos com base na inteligência:

Os organismos não estão ordenados ao longo de um espectro, com alguns 'mais inteligentes' que outros, simplesmente capazes de resolver problemas mais complexos. Antes, diferem no conjunto de problemas que podem enfrentar e que podem resolver. Certa espécie de vespas, ou um pombo, estão prontos para encontrar o caminho para sua casa; um ser humano não está pronto da mesma forma, e não pode realizar facilmente ou em absoluto tarefas similares. Não é que uma vespa ou um pombo sejam “mais inteligentes” que um ser humano, é que diferem em suas capacidades biologicamente determinadas. Além disso, não há um “sentido absoluto”, claro, em que os problemas sejam fáceis ou difíceis. (Chomsky, 2018, p. 171)

Não havendo espectro de mais ou menos inteligentes entre os organismos, haveria margem, nesse quesito, para vê-los como 'pessoas', no sentido de Morton. Assim como não cabe pensar em espectro de inteligência entre organismos, também não cabe entre humanos, nem mesmo dentro do espectro do autismo. Nesse mesmo texto, Chomsky desmonta a dualidade cartesiana entre mente e corpo, devido à ausência de definição do que seria um corpo, aponta a intolerância de humanos em relação à realização de experimentos em comparação às investigações sobre a mente de não humanos e discute o problema de Descartes acerca do aspecto criativo da linguagem, que seria o diferencial entre humanos e animais/máquinas.

Retoma-se, assim, a partir da linguagem, a ideia de hierarquização dos seres debatida na primeira seção. Numa direção semelhante à ideia de *mesh*, sem centro nem borda, de Morton (2010), Deleuze e Guattari defendem o múltiplo puro sem referência a um qualquer *um*, representando a multiplicidade inerente aos sistemas, como um rizoma.

Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. Plantas com raiz ou radícula podem ser rizomórficas num outro sentido inteiramente diferente: é uma questão de saber se a botânica, em sua especificidade, não seria inteiramente rizomórfica. Até animais o são, sob sua forma matilha; ratos são rizomas. (Deleuze; Guattari, 2011, p. 21)

Assim, haveria uma oposição a uma visão arbórea linear verticalizada e à lógica binária que, segundo os filósofos, estaria entranhada também na Linguística, na gramaticalidade de Chomsky, criticando a lógica de construção de frases gramaticalmente corretas centradas em S (sentença), que seria "um marcador de poder antes de ser um marcador sintático"⁵ (Deleuze; Guattari, 2011, p. 22). Logo, seria um pensamento que silenciaria a multiplicidade. Embora comumente as críticas a vertentes formalistas da Linguística recaiam sobre seu alto grau de abstração na análise das realizações linguísticas, para eles, ao contrário, esses modelos linguísticos não seriam abstratos o bastante para representar a conexão de uma língua com agenciamentos coletivos e toda uma micropolítica do campo social.

Esse debate sobre o pressuposto da multiplicidade e da universalidade como princípio de modelos linguísticos vem à tona quando se considera o autismo. As práticas de linguagem e comunicação são o principal critério de diagnóstico do transtorno do espectro do autismo (TEA). Conforme o CID-11 (2023):

O TEA é caracterizado por *déficits* persistentes na habilidade de iniciar ou sustentar interação ou comunicação *social recíproca*, e por uma gama de padrões de comportamentos restritos, repetitivos e inflexíveis, interesses ou atividades que são claramente *atípicas* ou *excessivas* para o contexto etário e *sociocultural* do indivíduo. (CID-11, 2023, tradução e destaques nossos)

A relevância dos aspectos sociais nessa descrição do TEA revela como o diagnóstico é fechado a partir de uma comparação das práticas linguísticas com base em um padrão do que seria socialmente aceito dentro da multiplicidade inerente a organizações sociais. O que patologiza, por exemplo, interesses como claramente atípicos ou excessivos para o contexto sociocultural? Se um comportamento é aceito em uma outra cultura, mas não naquela em que o sujeito está inserido, isso é suficiente para considerá-lo patológico?

No Japão e outros países do leste da Ásia, por exemplo, a intermitência ou ausência de contato visual não é um bom critério diagnóstico para autismo, pois um indivíduo que mantenha contato visual pode ser percebido como irritado, inacessível ou desagradável, diferentemente do valor positivo comumente atribuído por neurotípicos ocidentais (Bercovici, 2023). Por outro

⁵ A primeira edição de *Mil Platôs* foi publicada em 1995, período em que se iniciava o debate do Programa Minimalista de Chomsky. Logo, a referência à sentença S retoma os escritos iniciais em *Estruturas Sintáticas*, de 1957. A partir dos anos 2000, o linguista foi se afastando de uma descrição da linguagem sob uma perspectiva representacional para focalizar uma perspectiva derivacional, em que os fenômenos *merge* (concatenação) e *move* (movimento), a partir dos limites da memória, com base na simplicidade, explicariam o processamento linguístico.

lado, nos Estados Unidos, crianças de cor com TEA são mais propensas a receber diagnóstico tardiamente (Valicenti-McDermott et al, 2012) ou a receber um diagnóstico inicial equivocado, como TDAH, transtorno de conduta ou transtorno de adaptação (Mandell; Ittenbach; Levy, 2007), pois sintomas do TEA são atribuídos a estereótipos raciais de problemas comportamentais em crianças de cor (Wiggins *et al.*, 2020).

Esses questionamentos parecem levar à discussão de Quijano (2005, p. 127) sobre evolucionismo e dualismo, em que se afirma que o padrão de poder baseado na colonialidade implica também "um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo". Assim como a América é fundada nos elementos do eurocentrismo de evolucionismo linear, unidirecional, e de naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça, a existência do diagnóstico de TEA tem como condição *sine qua non* um entendimento de codificação marcada pela inferioridade. Mantém-se, portanto, a lógica clínica que guiou Asperger, nazista e eugênica, ao continuar marcada por uma visão sobre déficits, atipicidades e excessos, pela comparação com um outro superior idealizado, sem que se considere haver ou não um possível sofrimento individual gerado por experiências cognitivo-sensoriais desgastantes (cf. Hughes, 2020).

Até hoje não se identificaram fatores etiológicos que justifiquem a classificação do autismo como doença, sendo, por isso, considerado um "transtorno", condição de ordem psicológica ou mental. Conforme a descrição do TEA revela, na verdade, o diagnóstico de neurodivergência descreve mente-corpos considerados não colonizáveis/zados. Essa não aderência ou submissão a marcadores de poder linguístico ou social é classificada como "déficit". Essa codificação em não autista, autista e seus três níveis de suporte parece dialogar com o que Quijano (2005, p. 117) chama de colonialidade do poder racial que surgiu com a emergência do novo/diferente representado pela América: uma "codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma *supostamente distinta estrutura biológica* que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros".

Em outras palavras, cria-se uma hierarquia verticalizada sobre os padrões cognitivos. Nessa hierarquia, neurotípicos seriam a raça biologicamente evoluída e neurodivergentes seriam os sujeitos com estrutura biológica naturalmente inferior, no caso dos autistas, mais especificamente, numa escala de superioridade de 1 a 3, antes considerados graus de comprometimento e, atualmente, níveis de suporte, numa tentativa de se afastar da evidente visão hierarquizante até mesmo dentro do espectro.

Esses debates classificatórios de seres também permeiam a Biologia. Na taxonomia, os vírus representam um desafio. Por sua estrutura rudimentar e sua dependência metabólica de uma outra célula, não atenderiam aos critérios estabelecidos para serem considerados seres vivos. Entretanto, recentemente, a espécie humana precisou modificar totalmente seu viver por dois anos pandêmicos até compreender minimamente a inteligência desse ser. Da mesma forma que se questiona a suficiência do vírus para ser considerado ser vivo, a classificação da inteligência linguística de autistas considera uma lógica específica, que, nos manuais diagnósticos, vem sempre marcada por um critério de superioridade/inferioridade.

No caso do TEA, esclarece-se que há diferentes manifestações do espectro, de modo que não existe uma correlação necessária entre autismo e deficiência intelectual, frequentemente realizada antes da mudança na taxonomia do transtorno, que passou a abarcar a antiga Síndrome de Asperger. Na verdade, dados clínicos e epidemiológicos da Inglaterra e da Alemanha sobre a distribuição do Quociente de Inteligência (QI) revelam que, nos últimos cinquenta anos, o número de indivíduos autistas com deficiência intelectual caiu de uma média de 70 a 50% para uma média de 30% (Wolff *et al.*, 2022). Desse modo, haveria uma incidência média de $\frac{2}{3}$ da população autista com inteligência igual ou superior a 80, com prevalência de QI superior a 115 em 40% da população autista. Logo, o laudo de TEA, de acordo com o CID-11, pode prever ser acompanhado ou não pela desordem do desenvolvimento intelectual (DI) ou por altas habilidades e superdotação (AH/SD).

Todavia, novamente, questiona-se: qual concepção de inteligência é julgada ou não como inferior e com base em que parâmetro? E, ainda, retomam-se as palavras de Chomsky sobre correlação entre raça e QI, estendendo-o para a suposta correlação entre perfil cognitivo (normalmente separados entre neurotípico e neurodivergente) e QI:

Dispensável será dizer que as pessoas diferem nas qualidades biologicamente determinadas. O mundo seria horrível se não fosse assim. Entretanto, descobrir uma correlação entre algumas destas qualidades carece de interesse científico e de significação social, salvo para os racistas, sexistas e os demais. (Chomsky, 2018, p. 183)

Dentre esses "demais" interessados em correlacionar inteligência a perfis cognitivos, incluímos, ao lado dos racistas e sexistas, os capacitistas, que, em vez de presumir competência, assumem uma deficiência da pessoa como um construto homogêneo classificador de toda sua existência. Todavia, neste artigo, interessa-nos apontar como nesse processo de julgamento da

potência intelectual dos seres, ainda sob influência da lógica cartesiana, a linguagem é assumida como evidência de racionalidade, humanidade e, portanto, de superioridade.

Nesse ponto, é importante destacar que a avaliação neuropsicológica do QI depende, em grande parte, da obediência a comandos verbais para cumprir tarefas incomuns que dependem do uso da linguagem para compreensão, repetições e explicações. Como se sabe, o diagnóstico de autismo está condicionado à presença de determinados traços relacionados à comunicação. Logo, o que os dados de que 30% dos autistas ingleses e alemães possuem deficiência intelectual representam exatamente?

Essas avaliações de QI nasceram como demanda do sistema educacional, com o interesse do governo francês de identificar estudantes que viriam a necessitar de assistência educacional especial. Para tanto, o psicólogo francês Alfred Binet, com seu colega Theodore Simon, desenvolveu questões que avaliavam áreas não comumente avaliadas na escola, mas que seriam capazes de prever o sucesso escolar dos estudantes, como atenção, memória e habilidade de resolver problemas (Cherry, 2023). Portanto, a ideia de QI surgiu nos primeiros anos do século XX, na Europa, no bojo de uma política escolar segregacionista, a fim de taxar os estudantes como capazes ou não de responder à escolarização formal. Aqueles que se saíam mal no teste seriam encaminhados para classes especiais, pois teriam recebido a sentença de que não atenderiam ao funcionamento da instituição escolar tradicional que valorizava (e ainda valoriza) processos cognitivos bastante específicos e restritos.

Embora o próprio Binet já defendesse que a inteligência era um conceito muito amplo para ser quantificado por um número, o uso de testes classificatórios para crianças em idade escolar é até hoje comum em países do Norte Global. No Brasil, é considerado a metodologia padrão-ouro durante o processo de avaliação neuropsicológica de uma suspeita de neurodivergência, como de TEA, TDAh, AH/SD ou DI.

As Escalas de Inteligência Wechsler, por exemplo, que ainda hoje são amplamente utilizadas para aferir o QI, tiveram sua primeira bateria de testes padronizada em 1939. Inicialmente, para padronização do QI médio, avaliou-se e comparou-se o desempenho de uma população estadunidense 100% branca, sendo revisada pelo próprio psicólogo em 1983, antes de morrer, incluindo 10% de não brancos, o que até hoje suscita críticas de enviesamento étnico (Britannica, 2024).

Os testes valorizam o desempenho em quatro grandes áreas de inteligência: compreensão verbal, organização perceptual, memória de trabalho e velocidade de processamento. No entanto, o papel da linguagem nessas avaliações é imprescindível não só na

área referente à compreensão verbal, já que as respostas são pontuadas a partir de critérios que prejudicam pessoas autistas não verbais, com engajamento comunicativo ou proficiência oral atípicos. Toma-se, portanto, a linguagem como aparato para acessar a inteligência e, mais do que isso, toma-se a linguagem como reflexo da inteligência.

Mais uma vez, o Japão ilustra um curioso caso a esse respeito. Recentemente, famílias brasileiras imigrantes começaram a denunciar ao Consulado o alto percentual de diagnóstico de autismo em crianças brasileiras (Tobace, 2016). Os pais acreditam que a confusão estaria relacionada à adaptação linguístico-cultural das crianças. Por ainda não entenderem perfeitamente o idioma e a cultura japonesa, acabariam não respondendo adequadamente aos comandos do profissional durante a avaliação neuropsicológica. Como resultado, a escola as classifica como autistas e encaminha para classes especiais.

Historicamente, no Norte Global, crianças bilíngues foram julgadas como inferiores por terem o rendimento escolar prejudicado devido a questões linguísticas⁶. Essa concepção equivocada gerou a explosão de estudos sobre bilinguismo nas décadas de 1970–80 que acabaram, por fim, ressaltando que haveria, na verdade, uma vantagem cognitiva bilíngue (Bialystok, 2015). Todavia, atualmente, fugindo dessa visão hierarquizante, vêm se identificando que as funções cognitivas de bilíngues têm um funcionamento distinto quanto à atenção, controle inibitório, aprendizagem de vocabulário e processamento sintático. Esse desempenho distinto do que é considerado padrão em relação às funções executivas também é o que determina um diagnóstico de neurodivergência.

Curiosamente, os autistas — que recebem seu diagnóstico exatamente por terem seu uso funcional da linguagem considerado atípico — apresentam, não raramente, casos de hiperlexia e fixação pelo aprendizado de línguas estrangeiras. Michael Erard, por exemplo, em seu livro *Babel No More*, de 2012, afirma ser mais do que aleatório o fato de hiperpolíglotas ao redor do mundo serem homens canhotos LGBT no espectro autista, como é o emblemático caso de Daniel Tammet⁷.

O estudo de língua estrangeira e o TEA

Faltam estudos formais sobre políglotismo, assim como sobre a aprendizagem de língua estrangeira por neurodivergentes. Porém, de fato, estudos envolvendo autistas *savants* relacionados a políglotismo permearam a literatura linguística da década de 1990, como o de

⁶ O mesmo pode ser dito acerca da comunidade surda.

⁷ Essa afirmação recebeu críticas de mulheres hiperpolíglotas, acerca do apagamento de gênero e raça.

O'Connor e colegas (1994), analisando o perfil de Christopher, para análise de possíveis dicotomias entre linguagem e outros módulos cognitivos, já que ele teria sido internado por sua incapacidade de realizar de forma independente atividades da vida diária.

É interessante, então, uma análise dessas relações múltiplas com a linguagem a partir da famosa associação de Leibniz⁸, de que as línguas são o melhor espelho do espírito/mente humano/a, com a noção cartesiana de que a característica distintiva dos humanos é a linguagem. Então, se a relação com a linguagem é distinta, como no caso dos bilíngues, cria-se uma subcategoria de humanidade? O que a ausência de linguagem aparente em autistas não verbais refletiria sobre sua mente? Se não há linguagem (conforme um padrão específico), não há mente? Se um indivíduo humano não exibe linguagem, ele é um sub-humano? Esse falso silogismo se baseia na confusão entre linguagem e inteligência, sendo estendida para questionamentos sobre humanidade e hierarquização de existências.

Em resistência à ocupação de um lócus de enunciação historicamente subalternizado, autistas, comumente, aderem à camuflagem social. A camuflagem, também chamada de crípse (do latim-grego, ocultar) na Ecologia, é uma poderosa tática evolucionária de sobrevivência para evitar sua detecção por parte de um predador. Embora certo nível de camuflagem seja inerente à interação humana, a camuflagem social é um dos critérios de avaliação de autismo em adultos, que recorrem a muitas camadas de compensação, assimilação e *masking*, levando-os a um processo diário de desgaste emocional, cognitivo e, por consequência, físico (Embrace Autism, 2024).

Moynagh Sullivan (2024) afirma que esse processo de camuflagem estaria relacionado ao *code-switching* racial e cultural, em que normas socioculturais são refletidas para evitar consequências adversas. Logo, a camuflagem social seria ainda mais custosa para pessoas não brancas. O uso da terminologia de *code-switching* é bastante interessante, já que é um processo cognitivo exigido constantemente de pessoas bilíngues, que acabam também resultando em um funcionamento executivo atípico, conforme já mencionado.

Se as funções executivas de pessoas neurodivergentes, bilíngues e não brancas têm desempenho diferentes da norma, ousamos propor que a prática de linguagem com uma língua outra, estrangeira, é capaz de gerar um espaço-tempo alternativo em que o padrão cognitivo tido como referência muda de centro. Mais do que isso, rompe-se com a centralidade e suas bordas, criando-se uma rede, um *mesh* entre hipossujeitos. Esse espaço-tempo estrangeiro,

⁸ No original, "*les langues sont le meilleur miroir de l'esprit humain*"), sabendo-se que espírito era o termo utilizado para representar a mente.

estranho, seria, por natureza, rizomático, não homogeneizante, já que dá margem para um rompimento das expectativas pré-estabelecidas e preconceituosas sobre seu lócus de enunciação, especialmente por parte do interlocutor que adere a categorias cognitivas capacitistas.

O impacto de uma mudança no padrão de normatividade pode ser imensurável do ponto de vista da identificação social. A naturalização da multiplicidade, em lugar da diversidade, para além de alterar a norma, levaria à não normatividade como ponto inicial, "afastando-se de normas, racionalidade e homogeneidade como estrutura orientadora das atividades epistemológicas, comunicativas e sociais", conforme propõe Canagarajah (2022, p. 13) para a construção de uma linguística aleijada (*crip*) decolonial.

Talvez por isso, Digard e colegas (2020) identificaram, em jovens adultos autistas, uma correlação positiva entre satisfação com a vida social e a quantidade de línguas conhecidas. Dentre os respondentes da pesquisa que conheciam três línguas, quanto maior a proficiência na terceira língua, maior a satisfação com suas vidas sociais. Seria o contato com práticas de *code switching* linguístico responsável por uma ressignificação, no sentido de liberação, do processo diário de camuflagem social? É possível que a vivência com uma nova relação com a linguagem, a partir de uma língua estrangeira, que é estranha a neurotípicos e a neurodivergentes, naturalize a sensação de estranhamento enfrentada diariamente pelos considerados divergentes.

Há poucas investigações acerca dessas relações com a língua estrangeira, mas a pesquisa de Caldwell-Harris (2022), uma das poucas que respeita o agenciamento de pessoas autistas, em vez de simplesmente julgar sua competência ou incompetência em determinadas tarefas, suscita reflexões interessantes. Com base na análise de postagens em blogs autistas e não autistas escritas em inglês, francês, alemão e espanhol, ela observou que a alta motivação de autistas para estudar línguas estaria relacionada a seu prazer por sistematização e extração de padrões — um dos típicos talentos autistas —, como um *hobby*, e não por um interesse em se comunicar. Em comparação a não autistas, essa motivação diferenciada seria um padrão específico.

A autora também cita um estudo islandês de Ralston (2016 *apud* Caldwell-Harris (2022)), em que adolescentes autistas preferiam usar o inglês ao islandês, que era a língua majoritária do país. A motivação para essa preferência seria - além do envolvimento com a cultura da internet - o fato de se sentirem inferiores aos outros quando falavam islandês, por

receberem mais correções (em relação, por exemplo, à intonação incorreta), mas serem elogiados pelo uso do inglês.

Na mesma direção, a autora constatou um padrão neurodivergente de percepção do desempenho em língua estrangeira contrastante com não autistas. Para autistas, leitura e escrita seriam suas fortalezas, devido à sua natureza *offline*, em oposição à fala e à escuta, que seriam suas fragilidades, devido à demanda por imediatismo nas respostas e ao desafio em lidar com barulhos de fundo, respectivamente. O quadro seria inverso nos relatos de não autistas.

Essa possível relação diferenciada com a língua estrangeira não pode ser ignorada pela escola, tanto em relação às práticas pedagógicas quanto em relação à avaliação das quatro competências, que sempre serão múltiplas. Esse tipo de prática pedagógica — em defesa de uma coexistência democrática — respeita a multiplicidade transcultural da atualidade, considerando as práticas de linguagem dos indivíduos, independentemente da existência de laudos. Desse modo, as práticas de ensino de língua se tornam ecológicas e decoloniais, repensando seu fazer a partir da análise, conforme propõe Menezes de Souza (2019), de quem é o seu aluno, o seu contexto de ensino, quais são as necessidades do seu contexto, desses alunos, e os recursos disponíveis.

Considerações finais

No presente artigo, a partir de um encontro inusitado — entre pensamento ecológico e estudos da neurodiversidade —, buscamos contribuir para os estudos de ensino de língua estrangeira. Partindo-se do pressuposto de que o momento atual (a emergência climática em curso) coloca em xeque pressupostos da modernidade, dualidades que se baseiam em hierarquias; pensar ecologicamente, na linha do pensamento de Timothy Morton, pressupõe abandonar tais dualismos hierarquizantes, ir além dos binarismos, portanto. Dessa forma, a saída da modernidade implicaria novas formas de pensar, de conceber o mundo, de estar no mundo, ou seja, de coexistir.

Assim sendo, tal crítica à modernidade nos permitiu abordar a neurodiversidade a partir da lógica dos binarismos modernos que enquadram corpos e mentes na perspectiva de superioridade/inferioridade — a mesma lógica que subjogou corpos racializados, femininos, animais, vegetais e minerais. Inteligência e linguagem, enquanto marcadores de superioridade, assim conectados por filósofos modernos, enquadram os considerados autistas no campo da inferioridade, subjogando-os.

Tais associações, entre neurodivergência e inferioridade intelectual, são escrutinadas no presente estudo a fim de permitir vislumbrar uma relação possível entre TEA e o poliglotismo e a forma como a língua estrangeira pode atuar enquanto um equacionador para autistas. Muito ainda há para se discutir sobre o ensino de língua estrangeiras para neurodivergentes, principalmente no que tange a avaliações e pressupostos sobre graus de proficiência. Entretanto, defendemos que o ensino de língua estrangeira pode atuar como catalisador de coalizões emergentes entre hipossujeitos, garantindo a coexistência de multiplicidades vitais.

Referências

AUTISM & camouflaging. *Embrace Autism*, 2024. Disponível em: www.embrace-autism.com/autism-and-camouflaging/. Acesso em 26 de nov de 2024.

BERCOVICI, D. *Autistics & eye contact (it s asynchronous)*, 2023. Disponível em: <https://embrace-autism.com/autistics-and-eye-contact-its-asynchronous/>. Acesso em 11 abr. de 2024.

BIALYSTOK, E. Bilingualism and the development of executive function: The role of attention. *Child Development Perspectives*, v. 9, n. 2, p. 117–121, 2015.

BOYER, D; MORTON, T. *Hypobjects: on becoming human*. London: Open Humanities Press, 2021.

BRITANNICA, T. Editors of Encyclopaedia (2024, January 8). David Wechsler. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/David-Wechsler-American-psychologist> . Acesso em 5 de abr. de 2024.

CANAGARAJAH, S. A Decolonial Crip Linguistics. *Applied Linguistics*, v. 44, n. 1, p. 1–21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/amac042>

CALDWELL-HARRIS, C. Passionate about languages, but listening and speaking – ¡Ay, Caramba! Autistic adults discuss foreign language learning. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/showAxaArticles?journalCode=rmmm20>. Acesso em 20 mai. 2023.

CHERRY, Kendra. Alfred Binet and the History of IQ Testing. *Verywellmind*, 2023. Disponível em: www.verywellmind.com/history-of-intelligence-testing-2795581. Acesso em 26 de nov de 2024.

CHOMSKY, N. A linguagem e os problemas do conhecimento. Trad. Giovanni Pinto Lório Júnior. *O manguezal*, v. 1, n. 2, a. 2, p. 160-187, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/omanguezal/article/download/9420/7332/26809>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. v. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DESCARTES, R. *Discurso do Método/ Meditações/ Objeções e Respostas/ As paixões da alma/ Cartas*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DIGARD, B. G.; SORACE, A.; STANFIELD, A.; FLETCHER-WATSON, S. Bilingualism in autism: Language learning profiles and social experiences. *Autism*, v. 24, n. 8, p. 2166-2177, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1362361320937845>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GAARD, G. Rumo ao Ecofeminismo queer. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 312, 2011.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.

HUGHES, J. Does the heterogeneity of autism undermine the neurodiversity paradigm?. *Bioethics*, v. 35, p. 47–60, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/bioe.12780>.

JENSEN, D. *The myth of human supremacy*. New York: Seven Stories Press, 2016.

LEIBNIZ, G. W. *Nouveaux essais sur l'entendement humain* [1765]. Publicado por Jacques Brunschwig. Paris: Flammarion GF, 1966.

MANDELL, D; ITTENBACH R; LEVY, S et al. Disparities in diagnoses received prior to a diagnosis of autism spectrum disorder. *J Autism Dev Disord*, v. 37, p. 1795–1802, 2007.

MENEZES DE SOUZA, L. Educação linguística: repensando os conceitos de língua e linguagem. In: FERRAZ, D. M.; KAWACHI-FURLAN, C. J. (Org.). *Bate-papo com educadores linguísticos: letramentos, formação docente e criticidade*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. p. 244–258.

MENEZES DE SOUZA, L.; HASHIGUTI, S. Decolonialidade e(m) Linguística Aplicada: Uma entrevista com Lynn Mario Trindade Menezes de Souza. *Polifonia*, Cuiabá, v. 29, n. 53, p. 1-262, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/14865>. Acesso em: 4 mar. de 2024.

MORTON, T. *Ecology without nature: rethinking environmental aesthetics*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

MORTON, T. Frankenstein and Ecocriticism. In: *Cambridge Companion to Frankenstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

MORTON, T. *The ecological thought*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

MORTON, T. *Realist magic: objects, ontology, causality*. Ann Arbor: Open Humanities Press, 2013.

O'CONNOR, N.; SMITH, N.; FRITH, C.; TSIMPLI, I. Neuropsychology and Linguistic Talent, *Journal of Neurolinguistics*, v. 8, p. 95–107, 1994.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 8 de abr. de 2024.

SINGER, Judy. *Odd People In: The Birth of Community Amongst People on the "Autistic Spectrum": a personal exploration of a New Social Movement based on Neurological Diversity*. Thesis (Bachelor of Arts Social Science - Honours). Faculty of Humanities and Social Science, University of Technology, Sydney, 1998

SULLIVAN, Moynagh. "That Old Shame Trick": Mothering, Trauma and Neurodiversity in Emilie Pine's *Ruth & Pen*. In: KENNEDY, Seán; VALENTE, Joseph. *Irish Shame: A Literary Reckoning*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2024. ISBN 9781399546935. Disponível em: <https://edinburghuniversitypress.com/book-irish-shame.html>. Acesso em 26 de nov de 2024.

TOBACE, Ewerthon. O que pode estar por trás do alto índice de autismo entre crianças brasileiras no Japão?. *BBC*, 2016. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-36580919. Acesso em 26 de nov de 2024.

WIGGINS, L.; DURKIN, M.; ESLER, A. et al. Disparities in Documented Diagnoses of Autism Spectrum Disorder Based on Demographic, Individual, and Service Factors. *Autism Res.*, v. 13, n. 3, p. 464–473, 2020. DOI:10.1002/aur.2255

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *ICD-11 for mortality and morbidity statistics*. Version: 2019 April. Geneva: WHO; 2019 Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l1-m/en>. Acesso em: 14 de abr. de 2024.